

Governo põe SPA no Programa de Desestatização

É mais um passo para a transferência da estatal ao setor privado

DA REDAÇÃO E DO ESTADÃO CONTEÚDO

A Santos Port Authority (SPA), estatal responsável pela gestão do Porto de Santos, foi incluída no Programa Nacional de Desestatização (PND). A medida, assinada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) e publicada no Diário Oficial da União (DOU) de ontem, também qualifica a Autoridade Portuária santista no Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República (PPI) e abre caminho de forma oficial para a concessão da estatal para a iniciativa privada.

Embora apertado, o cronograma do Governo Federal prevê a privatização do Por-

TÚNEL

O texto não cita prazos, mas informa haver a "previsão de que a privatização viabilize investimentos de quase R\$ 3 bilhões para a execução de túnel de ligação entre as cidades de Santos e Guarujá".

to de Santos em dezembro, como destacou no começo deste mês, para *A Tribuna*, o secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Mário Povia. No entanto, esse prazo é visto com ceticismo no mercado.

O secretário de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura, Rafael Furtado, disse

acreditar que a proposta para Santos — cuja previsão de investimentos com a venda alcança R\$ 18 bilhões — será apresentada ao Tribunal de Contas da União (TCU) em agosto.

Depois disso, a expectativa é publicar o edital em outubro, o que dependeria de uma decisão do tribunal em menos de três meses. O prazo é considerado estreito pelo mercado, dado o tempo que o TCU tem levado em análises de processos de desestatização.

ÓRGÃOS

O decreto publicado ontem confirma a competência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e



Gestora federal do Porto também foi incluída no Programa de Parcerias e Investimentos da Presidência

Social (BNDES) para cuidar da execução e do acompanhamento das medidas de desestatização da SPA, além de estabelecer que a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) poderá acompanhar os estudos técnicos contratados pelo BNDES e que cabe ao Ministério da Infraestrutura coordenar e monitorar as

medidas de desestatização.

Em texto distribuído à imprensa, a Secretaria-Geral da Presidência da República afirma que, "com a privatização, espera-se a promoção da expansão, modernização e otimização da infraestrutura e da superestrutura que integram o Porto e suas instalações, a garantia da modicidade das

tarifas e preços praticados no setor, da qualidade da atividade prestada e da efetividade dos direitos dos usuários, além de estimular a modernização e o aprimoramento da gestão do Porto e de suas instalações, a valorização e a qualificação da mão de obra portuária e a eficiência das atividades prestadas".